

EDITORIAL

Apesar de temático, o atual volume sobre Subjetividade e Vontade abriga também discussões sobre semântica e epistemologia que não deixam de guardar algumas conexões importantes com o tema, como fica claro quando lemos a resenha, publicada também nesse volume, da tradução para o português da obra de Wittgenstein intitulada *Observações Filosóficas*.

A discussão sobre subjetividade é inaugurada pelo artigo de Hans Christian Klotz, que apresenta uma análise do conceito de intencionalidade a partir da obra de Hegel. Mais especificamente, trata-se aqui de esclarecer em que sentido aquilo que Hegel concebe como "identidade originária", isto é, a unidade interna entre razão conceitual e sensibilidade, pode ser compreendido como uma superação do conceito de uma subjetividade cindida, permitindo ao mesmo tempo determinar tanto a intencionalidade do agir quanto a intencionalidade cognitiva. Para tanto, no que diz respeito ao modo como Hegel tratou essa questão, o artigo pretende estabelecer uma comparação entre duas fases distintas de seu pensamento.

Outra contribuição importante para a aproximação da filosofia clássica alemã àquilo que tem sido discutido na produção filosófica mais atual aparece no trabalho de Stolzenberg, traduzido aqui para o português por Hans Christian Klotz, que apresenta uma interessante aproximação entre as teses morais defendidas por Thomas Nagel em seu livro *The Possibility of Altruism* e algumas posições fundamentais da teoria moral kantiana. Nagel defende uma fundamentação internalista de um realismo ético, baseada no conceito de liberdade pessoal como autonomia, mas não apresenta, como sugere o autor, uma justificação suficiente

para aquilo que compreendemos por motivação moral. Ao contrário de Nagel, a teoria kantiana pressupõe justamente uma espécie de sentimento de respeito com relação à própria lei moral, sentimento esse que serve de força motivadora ao agir moral. Assim, o texto de Stolzenberg pretende realizar uma avaliação crítica dessas duas posições, com vistas a uma compreensão mais adequada da fundamentação da ética.

Dando continuidade ao tema da subjetividade e vontade, mas agora de um ponto de vista externalista bastante distinto do anterior, o artigo de Waldomiro Silva Filho examina as relações entre autoconhecimento e transparência dos conteúdos mentais, e introduz uma perspectiva até aqui inexplorada na incipiente discussão que se tem travado, entre nós, sobre esse tema: a consideração do caráter expressivo do discurso de primeira pessoa, e de sua função na autoconstituição do sujeito. A clareza da exposição, e o mérito de introduzir essa perspectiva até aqui negligenciada nos debates que se têm travado no Brasil sobre anti-individualismo e autoconhecimento, são contribuições preciosas para a discussão sobre subjetividade que permeia o presente volume.

Quase sempre se considera que um indivíduo é racional não apenas porque ele tem pensamentos e crenças e esses pensamentos e crenças podem influenciar ou explicar suas ações, mas principalmente porque esse indivíduo pode entender, avaliar e ponderar, crítica e reflexivamente, seus próprios pensamentos e crenças e orientar suas decisões e ações à luz desse entendimento. Com as investigações em Semântica Filosófica e Filosofia da Mente, este, porém, tornou-se um dos grandes problemas da epistemologia contemporânea e para a própria ideia de racionalidade.

Ao discutir se o abandono do "Princípio de Reflexividade" impõe ou não o abandono do "Princípio de Fechamento Epistêmico", Paulo Faria, o autor desse brilhante texto, chega ao cerne do problema hodierno da racionalidade. Desenvolvido de forma elegante, o texto aborda o tema com profundidade e originalidade.

No seu artigo, Róbson Reis investiga uma questão ainda pouco abordada no âmbito das investigações sobre a filosofia de Heidegger: a relação entre o risível e o pensamento do ser, oferecendo algumas direções para um tratamento sistemático do problema do cômico na obra desse importante filósofo. O artigo é concluído com um comentário sobre a relação entre o cômico, o trágico e o pensamento, tomando por base a interpretação heideggeriana de Heráclito.

Embora afeito ao tema da subjetividade, João Vergílio Cuter não o aborda nesse artigo de modo direto e central. Motivado por discussões com Paulo Faria e inspirado por uma ideia expressa no ensaio introdutório do prof. Luiz Henrique Lopes dos Santos da edição brasileira do *Tractatus Logico-Philosophicus*, João resolve aceitar o desafio de mostrar como um nome pode ser *negado*! Nas suas próprias breves palavras: o nome, no *Tractatus Logico-Philosophicus*, é sempre uma função proposicional, pois toda parte sentencial que não seja ela própria uma sentença é insaturada. O nome é o caso-limite de função proposicional e, como qualquer função proposicional, pode perfeitamente ser negado.

A resenha desse volume, sobre a tradução brasileira (do inglês) das *Observações Filosóficas*, feita por Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves, nos trás importantes análises críticas sobre a obra, bem como sobre a tradução propriamente di-

ta. É curioso notar que, como o próprio autor, André Porto, observa, as *Observações Filosóficas* de Wittgenstein, contrariamente ao que reza a história da filosofia tradicional, representa uma aproximação entre os dois grupos de artigos do presente volume: os que tratam da *filosofia da consciência* e aqueles que tratam de *filosofia analítica*. Fazendo uma apresentação concisa, porém perspicaz do seu conteúdo, o resenhista ressalta a importância de se estudar essa obra desconhecida de Wittgenstein que está no cerne do seu também desconhecido e pouco estudado “período intermediário”. Nessa obra o filósofo austríaco se aproxima de temas típicos da chamada *filosofia da consciência* como o *problema do Idealismo* e do *Solipsismo*, e mesmo o da *temporalidade da experiência imediata*, considerados temas não explorados por filósofos da tradição analítica.

Araceli Velloso e Thiago Santoro